

VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VOLUME 10



SANTIAGO DE COMPOSTELA
2008

SUMÁRIO

EDITORIAL	07
APRESENTAÇÃO	09
ANNA KLOBUCKA Sobre a hipótese de uma <i>herstory</i> da literatura portuguesa	13
ARTURO CASAS Constituição de umha História literária de base sistémica: o sistema cultural como objecto de análise histórica no programa de investigação de Itamar Even- Zohar	27
BENJAMIN ABDALA JUNIOR História da literatura brasileira, de Sílvio Romero.....	57
FERNANDO CABO ASEGUILAZA Literaturas regionais e História Literária. Perspectivas comparatistas	87
JOSÉ LUÍS JOBIM A História da Literatura e as trocas e transferências literárias e culturais	105
MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO Um desafio a partir do sul –reescrever as histórias da literatura?	117
MARIA DE FÁTIMA MARINHO A construção da memória.....	135
MARIA EUNICE MOREIRA Olhar de Juan Valera: Literatura e cultura na capital do Império Brasileiro no Século XIX	149

ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA E LEONOR SIMAS-ALMEIDA Cânone, cânones em reflexões dialogadas	165
PAULO MOTTA OLIVEIRA A ascensão do romance em português: para além das histórias literárias nacionais	173
PEDRO SERRA Transições & passagens. Figuras de uma crítica cultural da razão histórica peninsular	183
RAQUEL BELLO VÁZQUEZ A História da Literatura e algumas novas técnicas de estudo. A autonomia da disciplina em causa	253
REGINA ZILBERMAN Historicidade e materialidade da literatura	269
VANDA ANASTÁCIO Pensar para além das etiquetas	287
ZAHIDÉ LUPINACCI MUZART Sob o signo do gótico: O romance feminino no Brasil, século XIX	295
OS/AS AUTORES/AS	309

Constituição de uma História literária de base sistémica: o sistema cultural como objecto de análise histórica no programa de investigação de Itamar Even-Zohar

ARTURO CASAS

Universidade de Santiago de Compostela

This article presents a series of considerations, founded on Itamar Even-Zohar's theory of polysystemic culture, regarding the delimitation of Literary History's object of study. My purpose is to organically analyze the four principle challenges of dynamic functionalism and the systemic model in their application to diachronic history. These challenges are as follows: 1) to understand polysystemic, extrasystemic and subsystemic interactions as well as the borders between systemic cultures as an alternative to traditional comparative methodology; 2) to incorporate as object of study not only products/texts but also what Pierre Bourdieu's theory of social fields describes as "espace des possibles;" 3) to test a sequential model capable of elucidating dynamic polychronics and systemic changes; and 4) to configure a critical selection of data that is susceptible to historicization and put it into dialogue with other concurrent historiographic models.

O propósito das páginas que seguem é fixar de maneira esquemática uma posição sobre algumas linhas de desenvolvimento da História literária (HL) e sobre a percepção da sua crise como disciplina, para depois concretar um corpo de propostas referido a uma mudança de rumo na definição e

delimitação do objecto de estudo, que o será também nas opções metodológicas adoptadas nesse giro heurístico. A posição que se vai fixar vem marcada por um carácter sócio-semiótico e sistémico, e vincula-se a dous factos constatáveis. Em primeiro lugar, que a HL deixou de existir como disciplina unificada ou ainda coesa. A inegável resistência de modelos e práticas tardo-positivistas, alicerçados sobretudo no campo educativo, administra uns procedimentos e uma autoridade herdadas, mas esta deve dedicar cada vez maiores esforços a justificar-se e aqueles som percebidos desde os sectores menos acomodados como claramente inerciais por estarem esgotados os seus programas-base. O segundo facto tem que ver com as novas prioridades da HL, concentradas a dia de hoje no estabelecimento de um objecto de estudo pluralizado e inter-relacionado no campo sociocultural, irreduzível a narrativas lineais e incómodo com a autoridade discursiva central, ligada a fórmulas obsoletas e, a fim de contas, deshistorizantes.¹ Umha conseqüência é a traslaçom a plano secundário do debate propriamente metodológico, em alguma medida posposto enquanto nom exista um acordo de mínimos relativo a que é o que a HL deve historiar e com que escala deve fazê-lo.²

Contodo, a cartografia internacional da HL nom se move em bloco. Trás os processos de descolonizaçom, e também pola emergência de programas nacionalistas em espaços geoculturais ou administrativos submetidos ou assimilados, existem entidades (nom só nacionais) que empreendêrom *processos aprazados* de construção nos que a HL adquiriu de novo um claro sentido social-pragmático. Essa planificação historiográfica convive no tempo –ou ainda no

¹ Deshistorizantes porque sustentam a ideia de que a evoluçom literária obedece a ajustes autónomos que nom precisam atender as relaçoms históricas do delimitado apenas como *contexto*.

² Resulta indicativo o início de um breve artigo de M.L. Gaspárov, vinculado com a escola de Tartu e autor de *A History of European Versification* (1996). O original russo do artigo, de 2003, começa assim: “A la pregunta ‘¿cómo escribir la historia de la literatura rusa?’ me hubiera gustado responder enseguida: no hace falta escribirla de ninguna manera, ya que ahora mismo no la escribiríamos bien: no hay material” (Gaspárov 2007). Outra perspectiva da complexidade da tarefa é a anotada por Heidrun Olinto (1996: 42-43) tendo à vista as recentes teorias además sobre umha mudança no programa tradicional da HL, em especial as devidas a S.J. Schmidt. Neste caso, a atençom dirige-se à dúvida sobre a existência de historiadores preparados (epistemológica, intelectual, academicamente) para assumir tal repto.

espaço— com movimentos de signo contrário que afectam outras entidades (digamos de novo *nacionais*). Em ocasiões, ocorrerá até que no mesmo espaço geocultural e em simultaneidade distintos agentes activem processos inversos e que se acabem encontrando no conflito de discursos, estratégias e programas, em parte dirigidos a destacar a contingência ou a ilegitimidade das planificações alternativas à própria. Sabemos bem que a HL de base nacional é um plano performativo validado por necessidades de coesom sociocultural e política específicas, amiúde muito marcadas polas urgências históricas. Cobertas essas necessidades, a HL nacional esgota-se como projecto e cede espaço a planos alternativos, entre o regional e o mundial, entre a regionalização —a escala menor ou maior que a própria nação— e a mundialização da perspectiva histórica. Em umha ordem complementar, a HL nacional tolera contra-discursos destinados a reverter silêncios e ocultações. De facto, a aporia da estabilização nacional (ou da ultimação de um processo dado de construção nacional) conduz com frequência à assunção política de que toda História (literária) é um projecto frustrado que ou bem se deveria refutar ou bem se deveria desconstruir.³ Porém, se a crise nacional se acentuar aparece com frequência umha rectificação de signo unitário e “patriótico”. Um caso claro é o representado pola Hungria de finais do século XIX, quando os modelos historiográficos nacionalistas de Zsigmond Bodnár e de Zsolt Beöthy tentárom frustrar qualquer alternativa *nom nacional-estatal* e qualquer movimento de integração da produção cultural das plurais minorias lingüísticas e *etno-nacionais*, algo que sim contemplara meio século antes, polo menos parcialmente, o modelo historiográfico de Ferenc Toldy.

³ É legítima (e pertinente) a dúvida sobre a funcionalidade de qualquer automatismo que postule umha recondução a termos historiográfico-literários do binómio *crítica da identidade/crítica da diferença*. As práticas contra-historiográficas ou as que se formulam como supletórias de um discurso histórico (canónico, oficial...) de referência, incluído todo o que Dominick LaCapra (2004) delimita como *giro experiencial* da historiografia, se nom se resolvem em termos relacionais, podem auto-limitar-se e postular-se subsidiárias de raiz. O melhor campo de provas, como sugere Mario J. Valdés (em Hutcheon & Valdés 2002: 65), poderia ser o usuário geral da HL: comprovar em que medida recebe e em que grau assume as contra-propostas parciais. As contradições que surgem desse campo conformam um dos apoios da posição de Valdés em favor de umha *história efectiva*, noção proveniente da hermenêutica da consciência histórica de Paul Ricoeur. Para Valdés (2002: 67), “Effective literary history begins with the recognition that history, and literary history in particular, is effective insofar as it is used and is of use to would-be readers; it is a concept deeply aligned with the idea that we are affected in the present by our sense of the past”.

Em termos gerais, a resistência à mudança heurística e metodológica na HL carece de comparação no marco das práticas historiográficas e das disciplinas humanístico-sociais. A partir da demorada crise do positivismo, as iniciativas de dinamização originaram-se basicamente fora da comunidade académica dos filólogos-historiadores. A intransigência corporativa experimentou-se com frequência como uma luta por preservar o domínio epistémico-ideológico e o controlo didáctico dos saberes literários e da sua institucionalização. Também, ao mesmo tempo, como uma estratégia autonomizadora e monopolizadora para deixar o literário à margem da confluência com outros produtos culturais ou sociais e, em sentido amplo, para preservá-lo, em sentido escolástico (Bourdieu 1994), da própria história. Apesar disto, a HL não está esgotada como disciplina. Paradoxalmente, e ante todo, por ser História.

Desde as correções aplicadas na parte final do século XVIII, de forma sucessiva como catálogo, erudição enciclopedista ou história filosófico-causal, as mudanças na HL incorporaram-se quase sempre da mão de assimilações provenientes do debate metodológico referido à História reconhecida como disciplina-quadro. Esse debate implicou de modo progressivo a abertura das distintas historiografias a outras ciências humanas e, bastante mais adiante, um questionamento profundo da centralidade do acontecimento histórico, algo previsto em algum modo já por Voltaire e por Madame de Staël. Por contra, a incidência efectiva da teoria literária e da nascente comparatística no processo disciplinar da HL resultou modesta, discreta e diferida. As excepções são escassas. A única clara no âmbito da romanística europeia, já no século XX, seria a da estilística idealista, em realidade um processo de retroalimentação da própria historiografia uma vez considerada a repercussão da leitura crítica que Croce formulou sobre o pensamento de Hegel, com resultados tão díspares como os oferecidos por Spitzer e por Vossler. Noutros espaços haveria que mencionar o peso do materialismo histórico e do pensamento sociológico marxista, assim como a muito adiada influência dos debates protagonizados pelo círculo Bakhtine. E pouco mais até aos derradeiros vinte anos do passado século. Resulta neste sentido mais que significativo o tempo que se demorou em assimilar o legado último das posições funcionalistas de Jakobson, Tinianov e

Sklovski sobre a nom equiparabilidade de *sincronia* e *sistema*, sobre a determinaçom iniludivelmente sistémica de toda evoluçom e sobre a possibilidade de umha história do sistema literário superadora da história genética da literatura e do imanentismo lingüístico-literário de linhagem saussureana (Steiner 2001: 99). As posiçoms dos formalistas russos seriam reelaboradas nos primeiros anos 40 por Felix Vodička (1995) no quadro das investigaçoms da Escola de Praga. Estas últimas permaneceriam inaplicadas na prática, entre outros motivos pola complexidade de umha combinatória eficaz das dimensoms sociológica, fenomenológica e estético-axiológica, propostas polo teórico checo em dependência de um propósito de fundo reconstrutivo. Vodička, em efeito, perfilou a tarefa inicial da HL na reconstruçom da norma literária em um espaço-tempo dado e na hierarquizaçom do conglomerado formado por obras e valores estéticos tal como sucessivamente se concretizam no gosto de público e crítica.

Em umha série de trabalhos publicados nestes últimos anos salientei a indissociabilidade do curso da HL e o correspondente à matriz que por antonomásia reconhecemos como História. Trata-se de laços evidentes, mas amiúde desvalorizados no que representam desde um ponto de vista operacional e funcional. De umha série de dez consideraçoms anotadas em umha publicaçom do ano 2000, interessame agora recuperar em particular a que abria a relaçom. Insistia na existência de um conjunto de problemas/respostas iniludíveis partilhados pola História e a HL, como mínimo no tocante a duas esferas: as implicaçoms entre narraçom e construçom (com posiçoms como as de Ricoeur, White, Gadamer, Koselleck, Derrida, Skinner, Schmidt, Ankersmit...) e a funçom social e institucional das disciplinas históricas. Também assinalava algumas noçoms com capacidade de articulaçom do discurso historiográfico e de centrar possíveis leis disciplinares da HL, entre elas as de *mudança literária*, *desenvolvimento gradual*, *explosom cultural* e *processo inter-literário*, para as que os referentes teóricos seriam Vodička, a Escola de Tartu, a Escola de Bratislava, a teoria dos polissistemas, Bourdieu, Wallerstein e Martindale. Algumas dessas noçoms serám retomadas aqui, fundamentalmente desde as premissas da semiótica pragmática e das teorias sistémicas, tendo presentes assim mesmo as observaçoms

de Bourdieu, nas suas *Méditations pascaliennes* (1997), em torno às práticas deshistorizantes e às resistências à *historicisation* nos programas habituais aplicados por filósofos e filólogos para a constituição de umha história da filosofia ou de umha história da literatura. O esquecimento da história nesses âmbitos associa-se para Bourdieu à prevalência de umha tradição (Kant, Hegel, Heidegger) que em realidade ritualizou a correlação texto-cânon-exegeta e que se desentendeu da análise da produção-recepção e dos processos de canonização em sociedades históricas concretas. A propósito da mudança literária/cultural e das descontinuidades na história, um referente iniludível é, por suposto, Foucault, se bem de Saussure a Lotman ou Martindale existe umha linha de reflexo sustentada no século XX sobre a aparição do aleatório e do casual nos processos lingüístico-culturais.

*

A opção sistémica em HL pressupõe tomar consciência da existência de pelo menos quatro reptos de importante calado e nome simples resolução: 1) a explicação dos limites sistémicos ou de campo e as interações sistema-extra-sistema, sistema-polissistema e sistema-subsistema; 2) a incorporação efectiva de todo quanto se entende como *produto sistémico*,⁴ o qual, em boa lógica, deveria implicar também a introdução relacional do que na teoria dos campos sociais se define como *espaço dos possíveis*;⁵ 3) a decisão sobre o modo apropriado de incorporar a diacronia sistémica,⁶ que no

⁴ “By ‘product’ I mean any performed set of signs and/or materials, i.e., including a given behavior. Thus, any outcome of any action, or activity, can be considered ‘a product,’ whatever its ontological manifestation may be, be it a semiotic or a physical ‘object’: an utterance, a text, an artifact, an edifice, an ‘image,’ or an ‘event.’ In other terms, the product, the item negotiated and handled between the participating factors in a culture, is the concrete instance of culture. Obviously, a culture product is any implemented item of the repertoire of culture” (Even-Zohar 2005: 25).

⁵ Nas páginas introdutórias ao seu trabalho de 1990 Even-Zohar chamou a atenção sobre o facto de que Bourdieu alcança-se conclusões próximas –“in some areas superior”– às do funcionalismo dinâmico sem que se produzisse nengumha conexão ou aproximação teórica efectiva (Even-Zohar 1990: 3).

⁶ Incorporação que em si mesma constitui já umha prova de notável complexidade para o modelo sistémico, muito mais rodado e melhor testado em coordenadas sincrónicas; as quais, por suposto, som também históricas, segundo reitera Even-Zohar em distintos lugares. De todos os modos, tem interesse lembrar que a partir de 1968 as formulações pioneiras das

fundamental obedecerá ou bem a um critério seqüenciador da dialéctica continuidade/mudança que percorra com detalhe um trecho temporal –solução que cabe ver como a tradicional– ou bem a um critério comparativo de cortes temporais nom consecutivos que se lêem como sucessom discreta de momentos-estados submetidos a contraste sistémico, dando passo assim ao que com Itamar Even-Zohar podemos chamar *policronia dinâmica*; e 4) a reconduçom do factor crítico que toda história cultural assume ainda que só seja por duas razons, polas implicaçoms derivadas de considerar ou nom considerar *selectivamente* determinados factores, produtos e agentes participantes nas actividades literárias e, em segundo lugar, pola representaçom da diferença em relação com o que Michel de Certeau (1975: 63-120) chamou a *operação historiográfica*, que nom só habilita discursivamente o que já nom está senom que ademais constitui umha historizaçom do actual, o qual faria inesquivável a vertente crítica. Parte das consideraçoms feitas, com atençom particular ao alvo da heterogeneidade, complicado sempre de encaixar em qualquer narraçom/descriçom historiográfica, conflui nas observaçoms que seguem, pertencentes ao artigo “System, Dynamics, and Interference in Culture: A Synoptic View”, de Even-Zohar (1990: 87):

The system concept had, however, to undergo several modifications in order to accommodate the conception of *stratified heterogeneity*. Firstly, it became necessary to recognize that both synchrony and diachrony should be admitted as systemic dimensions, and therefore that the idea of system need not be exclusively identified with static synchrony (but could be viewed as dynamic polychrony). Secondly, it was necessary to recognize that the idea of system does not imply that there can be observed/hypothesized for any number of phenomena just *one* system, i.e., one network of relations. To speak of an activity, be it language, literature, culture, or ‘history’ in general, as single systems is a heuristic simplification rather than an adequate theory.

teorias sistémicas de Ludwig von Bertalanffy no marco de umha biologia organísmica discriminavam entre os significativamente denominados *nível estrutural* e *nível funcional* dos sistemas, respectivamente atentos às suas vertentes estática e dinâmica.

Lotman e Uspenski (2000: 190), na sua análise dos processos de autoconsciência e modelização cultural, mencionam assim mesmo o erro habitual em muitas histórias literárias de superpor sobre a descrição rigorosa da literatura/cultura uma uniformização destinada a alcançar a unidade orgânica e a eliminação de contradições. Regressarei a isto mais adiante, em particular à ideia limitativa dos sistemas únicos, que em efeito sustenta boa parte das plasmações historiográficas –literárias ou não, sistêmicas ou não– as que estamos habituados. Um *sistema único* entenderá-se aqui como aquele que exclui a relevância empírica de redes de correlação alheias à considerada para a postulação do sistema como entidade existente. Por exemplo, as nações e as literaturas nacionais apresentam-se quase sempre, na prática historiográfica e na historiográfico-literária respectivamente, como sistemas únicos. É mais, na maior parte das operações históricas/historiográficas dá-se por suposto que sem redução de campo não há objecto. Por suposto, em termos práticos há algo de razoável em uma decisão deste tipo, mas o certo é que, por abuso não só heurístico, resulta corrente que o excluído passe a ler-se como inexistente.

É comprovável que as dinâmicas identitárias costumam conjugar com perícia essa classe de operativos. O anterior pressuposto que por uma decisão limitativa e simplificadora, ao tempo assumida como legítima e até como apoditicamente fundamentada, deixam de observar-se e de valorar-se como pertinentes redes concorrentes doutros factores correlacionados. Como é lógico, essas redes podem incorporar por desdobramento alguns dos factores já considerados para postular a existência do sistema pré-dado (associados agora a outros factores e/ou a outras redes) ou, alternativamente, outros factores não incorporados mas que em efeito existem, intervêm e interactuam. E não só o fazem com outros presentes em alguma das redes excluídas senão também, com muita probabilidade, com os próprios factores integrados na rede constituinte do suposto sistema único. Uma comunidade de consumidores CC adscrita a um sistema cultural SC_1 pode perfeitamente simultanear actividades de consumo perceptíveis, e até determinantes no mercado e/ou no repertório, em um sistema cultural SC_2 diferente; e em tal medida que até possa

chegar a questionar-se a adscrição primária de *CC* a *SC₁*. Portanto, o sistema único nom só ignora a existência de possíveis redes alternativas à rede sustentadora do sistema senom que ademais exclui que algum dos seus factores possa sê-lo, em simultaneidade, doutro sistema.

Umha nova exemplificação dotará de maior claridade o que se quer dizer. Na sua reformulação da teoria dos polissistemas, Even-Zohar (2005: 31) apresenta a instituição e o mercado como os intermediários entre as forças sociais e os repertórios culturais. A questom é que em situaçoms culturais desenvolvidas e nom submetidas a umha excepcional pressom uniformizadora e censora nom existe possibilidade de um mercado único nem de umha instituição única, como tampouco de um repertório único. Evidentemente, isto é assim em sociedades multiculturais caracterizadas ou nom por processos de hibridaçom, mas é assim também em sociedades supostamente coesas. O mercado é sempre plural, o mesmo que o repertório. Segundo acaba de ver-se, sectores do mercado de um suposto sistema único participarám em mercados alternativos e/ou extra-sistémicos, e o mercado desse suposto sistema único será participado por consumidores associados de raiz a outros sistemas. Isto nom é umha rareza, mais bem é a norma. A aceitaçom de que todo sistema é em realidade um polissistema ou “sistema de sistemas” nom é suficiente para desocupar-se deste complexo assunto, com óbvias repercussoms na traslaçom diacrónica do problema e com evidente incidência na historizaçom correspondente. De facto, em umha HL de base sistémica nom só seria inadmissível a postulaçom de um sistema único, também resultaria inaceitável o critério de localizaçom única aplicado aos objectos de análise. Todo acto histórico e todo sujeito histórico formam parte de planos históricos plurais, polo que nengumha realidade histórica pertence a um plano-relato único. Um dos problemas, entom, é o da adjectivaçom identitária da HL sistémica, pois ainda que seja em um nível secundário esse tipo de chaves (territoriais, culturais, sociais, lingüísticas...) acabam por aparecer. E quando nom o fazem é simplesmente devido a alguma classe de mal-entendido conceptual ou impostura epistemológica (p.e., a que leva a identificar *sistema literário* e *literatura nacional*, tam corrente). Em realidade, o problema dista de ser novo. Qualquer historiografia

literária deve geri-lo optando por algum critério de axialização e vertebração. A diferença radica em que uma HL nominal sistémica e/ou nominal empírica promoverá a naturalização de tal critério, enquanto que o operativo irrenunciável de uma HL sistémica deveria ser sempre o contrário: renunciar a camuflar a decisão, sacá-la à luz ao lado da complexidade de base e mesmo aprofundar na sua problematização relacional e funcional. Antes de regressar a este terreno perfilará-se outras análises parciais que contribuam a estabelecer um marco de observação conjunta.

Resulta claro que especificar o objecto de uma história determinada tem consequências sobre a classe de conhecimento que se aspira a constituir e sobre o tipo de discurso associado a tal eleição. A história da biologia e a história da arquitectura, por exemplo, compartilharão alguns operativos e decisões. E sem dúvida divergirão noutros. Não só por atenderem realidades objectivamente diferenciadas senão também porque noções como *organismo* ou *construção* são problemáticas de seu e porque não estão dadas de antemão de maneira inequívoca, contando cada uma delas com uma história conceptual própria (Koselleck) ao longo do tempo. E noutro plano, ademais, porque os discursos habilitados para informar sobre a diacronia conceptual associada a essas noções e à sua evolução são igualmente plurais. Nesta ordem de coisas, se se considera o tempo transcorrido desde a Ilustração, costuma-se aceitar como lógico que em termos comparativos a história da biologia, obrigada a incorporar os processos específicos da bioquímica, da biologia molecular, da genómica e outras disciplinas convergentes, ampliasse o seu núcleo de atenções bastante mais do que precisou fazer a história da arquitectura.

A este respeito cabe ainda uma observação complementar, usual como tema recorrente de debate em práticas historiográficas do tipo das citadas mas quase ausente na esfera da historiografia literária. Trata-se da questão da idoneidade do perfil autorial associado ao campo de especialização. Em definitiva, simplificando algo as coisas, a decisão sobre se a história da arquitectura deveria ser responsabilidade de um historiador ou de um arquitecto. Ou sobre se a história da biologia corresponderia a um historiador ou a um biólogo, ou em geral a alguém versado em

ciências experimentais. Essa classe de correlaçom nom é tam clara na historiografia literária. Existem por suposto casos de histórias literárias feitas por poetas e escritores (de Ronald de Carvalho a Max Aub ou Emma Donoghue), mas o debate sobre se a HL poderia corresponder plena ou parcialmente aos historiadores (promovido em termos teóricos por Lucien Febvre, Roland Barthes e tantos outros) resultou descontínuo e muitas vezes foi calado antes de tempo polos poderes corporativos e as inércias académicas.

Em todo caso, depois da experiência da escola de *Annales* parece consolidada umha compreensom das diversas formas da historiografia como programas que só garantem rigor e utilidade a partir da constituiçom de grupos de trabalho colaborativo interdisciplinares e plurais. Lembre-se que das quatro grandes vertentes programáticas anunciadas por Lucien Febvre em 1947 ao se fazer cargo da sexta secçom da École Pratique des Hautes Études de Paris, umha se orientava precisamente à procura de um reencontro entre as ciências humanas e outra à promoçom da investigaçom colectiva entre equipas de historiadores e outros especialistas. Nessa linha, pode conjecturar-se que em um futuro nom distante se contemplará como anacrónica e pouco fiável qualquer postulaçom de umha autoridade e de um discurso historiográficos ligados à individualidade do sábio/informador. Provavelmente, acabou para sempre o tempo das narrativas historiográficas unipessoais e o das expectativas associadas.⁷ E nom me parece que essa prevençom demore em estender-se assim mesmo aos grupos de historiadores submetidos a umha coerência epistemológica blindada e a umha coesom programática e estratégica percebidas como excessivamente rígidas, disciplinadas e autotéticas. É provável, porém, que os leitores futuros demandem de maneira incondicional resolver por si próprios as contradicçoms que os dados e as interpretaçoms cruzadas das equipas de historiadores ponham sobre a mesa. Assim as cousas, parece provado que o maior repto público (social, político) da HL é a

⁷ Refiro-me com esta última expressom a situaçoms como a vivida pola academia e a intelectualidade espanhola e latino-americana que a finais do século XIX esperárom longamente por umha proposta historiográfico-literária de Menéndez Pelayo que nunca chegaria a concretar-se. González-Millán (2006) compilou os documentos epistolares referidos a essa espera no período 1877-1901. Inclui correspondência sobretudo com Juan Valera, Gumersindo Laverde Ruiz e o colombiano Miguel Caro.

renegociação da autoridade narrativo-históricográfica e administrativo-institucional que está nas suas próprias raízes disciplinares. E a este respeito, nom me resistirei a deixar anotada umha advertência destinada a evitar possíveis simplificações.

Trata-se do seguinte: sem dúvida, existem formas de autoridade à margem do relato omnisciente e fora dos mecanismos de controlo do narrador-historiador. A renúncia à narrativa no ofício do historiador, que como tem lembrado Peter Burke é umha reclamação presente já no século XVIII,⁸ nom pressupom de seu a desactivação daqueles mecanismos nem a superação de dependências deterministas, explicativas, causais ou teleológicas. Tampouco pressupom necessariamente umha suspensão da sequencialidade, a linearidade, a continuidade ou o causalismo. Assim, pois, a suposição segundo a qual a mudança de rumo expressada por Lawrence Stone (1981) como passagem de um modo analítico a outro descritivo representaria umha correcção mas nom umha impugnação dos “excessos” da historiografia narrativa deve calibrar-se com atenção.

Igual que trás toda narrativa há sempre um eu-narrador(-focalizador), há também, sempre, trás todo discurso descritivo um eu-descritor(-focalizador). A opção em prol da descrição nom pressupom de seu um seguro de objectividade ou de non-intervenção sobre a matéria da análise. Mais ainda: nom é evidente a existência de dous princípios construtivos ou estruturas formais contrapostos na HL (narrar/descrever) –no sentido exposto por exemplo por Remo Ceserani (1990: 17-32)– se essa oposição se extrapolar fora do paradigma do historicismo teleológico nacionalista próprio do século XIX.

Voltemos agora brevemente ao debate aberto a propósito da historização da biologia e da arquitectura. Com a noção de *literatura* e com a historicidade associada som precisas algumas esclarecimentos e certas precauções comparáveis às associadas aos conceitos antes mencionados de *organismo vivo* e *construção*. De facto, os resultados da HL dificilmente podem homologar-se quando se consideram práticas suficientemente afastadas no tempo. Isto é assim, de entrada,

⁸ O escocês John Millar constitui um bom exemplo, sumamente interessante ademais desde o ponto de vista sistémico.

porque aquilo ao que fai referênciã o nome *literatura* constitui domínios muito distintos a finais do século XVIII e a começos dos séculos XX ou XXI. Porém, existe umha tendência inercial e essencialista, inconveniente em suma, a pensar que essas diferenças som apenas de matiz. Em conseqüência, assimila-se que o rótulo *História literária* nom só conserva vigência plena senom ademais que é legítimo falar de continuidade epistemológica e funcional entre práticas historiográficas separadas por duzentos anos e por considerarem objectos de estudo tam dissímeis como os que por caso aparecem no modelo de Girolamo Tiraboschi (*Storia della letteratura italiana*, 1772-1781) e no dirigido por Alberto Asor Rosa (*Letteratura italiana*, 1982-1996). Neste quadro, talvez conviria começar por explicitar que só por umha espécie de pacto nom escrito aceitamos que se fale de umha única disciplina apesar de os campos objecto de historizaçom diferirem tanto. Isto explicaria, contemplado desde um prisma diferente, a renúncia ao uso da palavra *história* em determinados projectos plenamente historiográficos. E até o feito de que haja quem opte por preterir o rótulo *literatura* em favor doutros como *cultura literária*, quando nom *vida literária* ou *campo literário*.

As modalidades historiográficas entendidas como práticas discursivas possuem de seu umha dimensom performativa com umha dobre vertente, a dirigida à comunidade referenciada (*sujeito da história*, chamou-se-lhe em certa altura) e a dirigida à comunidade referente, reguladora e institucionalizadora da operaçom e do conhecimento historiográficos. Enquanto a primeira se configura com agentes históricos vinculados pola sua relaçom directa com o objecto prefixado e por algumha forma de conexom de contigüidade e continuidade que os une no espaço-tempo como grupo (cultural, lingüístico, religioso, social, nacional...), a segunda integra os agentes que documentam, constroem, discursivizam... a história e que participam em um diálogo científico e em umha pugna epistemológica e ideológica polo controlo do saber e da sua incidência na esfera pública. Sergio Sevilla (2000: 140-159) vincula acertadamente esta performatividade com umha mudança epistemológica pola qual a *theoria* –antes “duplicado conceptual do real”– passou a tratar-se como *poiesis*: a historiografia afrontou assim um giro retórico-pragmático, de modo tal que o imaginário passa a ser o que constitui a

realidade social, e é a teoria a que produz, em sentido *poiético*, o mundo (White, Durkheim, Mauss, Castoriadis).

Nada do anterior exclui a marca crítica do conhecimento histórico: será sempre a intervenção historiográfica a que para começar questione as conexões de contigüidade e continuidade e a própria existência da comunidade postulada como objecto específico de atenção. Descontinuidades e alteridades podem encaixar assim, mediante procedimentos diversos, na série historiográfica, originando até a refutação de objectos/identidades considerados e acordados por consenso como existentes noutros momentos e/ou desde outras perspectivas; ou, contrariamente, reclamando a incorporação de objectos/identidades inobservados ou excluídos pela comunidade reguladora do saber histórico.

Um aspecto destacado da dimensão prático-agencial dos historiadores e dos seus discursos radica na possibilidade de uma aplicação não excludente de métodos e de escalas, assunto que volta convocar a ideia de pluralidade e que me parece oportuno destacar. As escalas, por exemplo, aplicadas sobre um mesmo núcleo de referência submetido a uma contemplação em diferentes níveis, originam propostas não necessariamente antitéticas nem contraditórias (tampouco necessariamente complementárias, lidas desde um ponto de vista informativo). As cartografias e as escalas, contempladas em chave de aplicação histórico-literária, sinalam a inexistência de comunidades isoladas ou impermeáveis frente ao seu exterior/ limites ou frente a outras comunidades.⁹ E não só isso, senão que ademais põem em questão a própria identidade comunitária se esta se postular sobre bases monoparamétricas (língua, religião, género, unidade administrativa...). Dito com maior precisão: o que põem em questão é o consenso sobre a postulação/invenção de uma entidade funcionalmente admitida como sujeito histórico.

O anterior não significa que fique impugnada qualquer prática historiográfica de escala única, seja esta menor ou maior. Não muito menos. Mas sim introduz uma reserva de forte calado

⁹ Considere-se a este respeito o enunciado do primeiro princípio da interferência literária/cultural em Even-Zohar, que em “Polysystem Studies” formulou como “Literatures are never in non-interference” (Even-Zohar 1990: 59) e em *Papers in Culture Research* como “Interference is always imminent” (Even-Zohar 2005: 57).

heurístico e epistemológico, que pode traduzir-se nos termos seguintes: “*quanto aqui se diga é o resultado de informar/interpretar como se a escala activada fosse a única ou a mais apropriada para a finalidade estabelecida*”. Obviamente, essa finalidade é susceptível de variaçom, pois dependerá de critérios diversificados e irredutíveis que vam desde umha suposiçom de nom-intencionalidade ou intencionalidade nom marcada até algumha classe de compromisso *a priori* (académico, sectário, ideológico...). E que dizer sobre os métodos? Como mínimo, outro tanto.

Regressemos à questom da performatividade, agora em associaçom com os princípios construtivistas que a teoria dos polissistemas assume. Quiçá convenha começar por umha afirmaçom: nom há possibilidade (nunca a houve) de umha historiografia (literária) nom performativa. Isto é assim porque toda história é umha tomada de posiçom por parte de algum agente que intervém como sujeito de um acto comunicativo-performativo. Um complemento necessário para esta afirmaçom é o seguinte: cada vez é mais limitado o espaço para umha História (literária) nom empírica. Essa possibilidade existiu no passado, de facto há mostras numerosas dela; porém, apesar do carácter performativo da intervençom do historiador e em condiçoms de normalidade hoje resultaria anacrónica e intelectualmente recusável umha alternativa que se evadisse dos dados em direcçom a algumha ordem metafísica ou transcendente, ou até a um manifesto ponto de fuga teleológico. Como é óbvio, isso nom anula as conseqüências do relativismo discursivo nem as derivadas do conhecido como giro lingüístico. Tampouco as devidas à marca construtivista referida à correlaçom entre a teoria e os seus objectos, que leva a Even-Zohar (1990: 3) a afirmar que o único modo adequado ou viável de observar um determinado objecto de investigaçom é através do estabelecimento de hipóteses segundo as quais aquele está efectivamente sujeito a um conjunto localizável e relativamente sucinto de leis, cujo descobrimento e formulaçom deveria constituir o objectivo de toda ciência.

A teoria dos polissistemas de Itamar Even-Zohar apresentava-se em 1978 como umha aproximaçom propícia à análise da metodologia histórico-cultural e à concreçom de alternativas

aplicáveis em particular ao tratamento historiográfico dos sistemas dependentes ou minorizados, talvez porque essa era já desde dez anos antes umha das preocupações básicas do próprio Benjamin Harshav (Hrushovski), comparatista e professor de Poética na Universidade de Tel Aviv e um dos referentes da Unidade para a Investigação da Cultura.¹⁰ Porém, a perspectiva histórica evidencia-se com menor ênfase nas posteriores compilações de trabalhos de Even-Zohar (1990, 2005, 2007), se bem costuma deixar-se clara a dupla possibilidade programática apresentada como umha teoria dos sistemas estáticos e umha teoria dos sistemas dinâmicos. Um aspecto destacável dessa alternativa é o que se expressa com firmeza nestes termos: “it must be admitted that both synchrony and diachrony are historical, but the exclusive identification of the latter with history is untenable” (Even-Zohar 1990: 11).

*

A nossa atenção deve cingir-se neste momento à resposta que umha HL de fundamentação sistémica está capacitada para oferecer à série de quatro reptos heurístico-metodológicos antes citados, que nom estará de mais sinalar que som convergentes e interdependentes. Resumiremo-los deste modo: 1) concretizar em perspectiva dinâmica os limites sistémicos e as interações polissistémicas, extra-sistémicas e subsistémicas; 2) incorporar com sentido relacional nom só produtos senom também possíveis; 3) optar entre o modelo da seqüenciação tradicional ou o da policronia dinâmica para dar conta da evolução e das mudanças sistémicas; e 4) conformar umha selecção (crítica?) de dados heterogéneos historizáveis e ajustar, se nom umha *história efectiva* em sentido pleno, sim polo menos um diálogo com os constructos historiográficos prévios ou concorrentes.

A questom dos limites na teoria de sistemas é fulcral desde que Niklas Luhmann assumiu os postulados de Humberto Maturana e Francisco Varela sobre a autopoiese. Como sinala Maldonado Alemán

¹⁰ Os epígrafes “história da literatura”, “história cultural” ou “modelo histórico” vertebram o sumário e os conteúdos de *Papers in Historical Poetics* (Even-Zohar 1978). Sobre isto mesmo, veja-se a análise parcialmente divergente de González-Millán (2001: 306), quem considera que em Even-Zohar há umha incorporação de um horizonte histórico sobre o modelo inicialmente constituído, mas que foi obstaculizado pola “mediación dun esquema heurístico excesivamente sistemático e abstracto”.

(2006: 19-23), em Luhmann os *sistemas sociais autopoieticos* som sistemas autónomos que se organizam de forma auto-produtora, auto-reguladora e auto-referencial e que estabelecem uns limites diferenciadores com o seu entorno. Assim entendida, é claro que a autopoiese mantém pontos de convergência com o que noutras plataformas teóricas podem representar a cultura como sistema semiótico modelizante na semiosfera (Lotman), o *habitus* no campo social (Bourdieu), o repertório no sistema cultural (Even-Zohar) ou a vida textual e a vida antro-po-social nas coordenadas da instituição literária (Moisan). Maldonado Alemán (2006: 27) aponta que seriam três as relações de que deveria ocupar-se umha história dos sistemas literários: as intra-sistémicas, as extra-sistémicas e as intersistémicas. Em todo o caso, insistirei de novo na advertência sobre o que antes interpretei como umha espécie de redução aos princípios de sistema e localização únicos, mediante a qual o analista tenderá equivocadamente a ignorar a existência de redes sistémicas alternativas à considerada como referência autopoietica de base, ou também à pertença a umha rede sistémica *outra* de algum factor ou relação supostamente intra-sistémico. Dito em palavras mais categóricas: em um espaço social determinado nom tem por que haver um único sistema social/cultural (é mais, esse caso seria excepcional),¹¹ e um factor sistémico dado pode associar-se simultaneamente (a maioria o fazem) a diversas redes sistémicas, em definitiva, a diversos sistemas.

Na concreção dos limites sistémicos seria produtivo fixar-se nom só nas interferências e no que caberia denominar dimensão relacional *paratáctica* –âmbito do que se vem ocupando assim mesmo a historiografia comparatista com desigual fortuna– senom também na dimensão relacional *hipotáctica*, mais pendente das junturas-

¹¹ Lembre-se a diáfana posição de Even-Zohar ao respeito e as suas reservas sobre qualquer redução da heterogeneidade nos estudos literários: “The acuteness of heterogeneity in culture is perhaps most ‘palpable,’ as it were, in such cases as when a certain society is bi- or multilingual (a state that used to be common in most European communities up to recent times). Within the realm of literature, for instance, this is manifested in a situation where a community possesses two (or more) literary systems, two ‘literatures,’ as it were. For students of literature, to overcome such cases by confining themselves to only one of these, ignoring the other, is naturally more ‘convenient’ than dealing with them both. Actually, this is a common practice in literary studies; how inadequate the results are cannot be overstated” (Even-Zohar 1990: 12).

disjunturas e dos encaixes polissistema-sistema-subsistema que de umha visom intersistémica central-central ou central-radial. O relevante é entender que o sistema cultural é sempre um sistema complexo em razom de limites, inter-relaçons e hierarquizaçons.¹²

Em umha publicação anterior explorei a rendibilidade operativa da noçom de *delegaçom sistémica*, próxima à de *subsistema*¹³ e igualmente receptiva ao modelo bourdiano dos campos sociais e ao que poderíamos catalogar como umha topologia de sistemas (Casas 2003: 74-75). Por afectar às relaçons intersistémicas hipotácticas tentarei redefinir o conceito com maior precisom. Umha delegaçom sistémica é o resultado de umha interferência entre sistemas culturais que projecta à escala e com carácter global o centro do sistema fonte no centro ou na periferia do sistema receptor.¹⁴ Do que se trata, pois, é de que se exporta ou desloca em escala menor a outro sistema o conjunto de características funcionais que definem o centro do sistema fonte.

A existência da delegaçom sistémica liga-se a dous possíveis factores: o prestígio do sistema fonte e/ou um certo grau de proximidade sistémica. Tal proximidade pode ser de índole geográfica, lingüística, político-administrativa, cultural, ideológica, religiosa.... A marca de globalidade pressupom que a projecçom à escala do centro do sistema fonte nom se limita a elementos de repertório, senom também de mercado, de consumo e sobretudo

¹² Também –privilegiando nisto a atençom a Lotman– que a fronteira semiosférica é um factor simultâneo de organizaçom (cara a dentro) e de desorganizaçom (cara a fora).

¹³ Empregada esta por Elias Torres Feijó em distintos trabalhos a partir do ano 2000 e aplicada nas investigaçons sistémico-culturais do Grupo Galabra, por ele dirigido. Sobre a teorizaçom de Torres Feijó, muito conectada com o modelo de Even-Zohar, voltarei mais adiante.

¹⁴ Nom poria inconveniente a substituir “sistema receptor” por “cultura receptora” se se registra insuficiência sistémica. Em processos históricos de colonizaçom ou de expansom imperialista a delegaçom sistémica formaria parte do aparato de assimilaçom cultural que sucede à fase de maior rigor na aculturaçom das comunidades submetidas. Nestes casos, acaba sempre por aparecer e estabelecer-se umha burocracia intelectual que é um dos mecanismos mais efectivos na consolidaçom da hegemonia e que, à sua vez, acabará sendo alvo preferente das reaçons contra-hegemónicas de resistência cultural. Doutra banda, nos processos modernos e contemporâneos de centralizaçom derivados da constituïçom de estados que planificam umha homogeneizaçom cultural (praticamente todos), as delegaçons sistémicas formam parte das correias de transmissom hierarquizadoras que aspiram a instaurar um reconhecimento da superioridade da cultura nacional-estatal sobre as manifestaçons estereotipadas e minoradas do presentado como local/regional.

institucionais. Portanto, essa globalidade projectada acaba implicando um repto ao mantimento de umha identidade unida no sistema receptor (ou na cultura receptora): a delegaçom sistémica, em quanto *sistema à escala*, entra em concorrência com o sistema receptor e desestabiliza ou dilui as suas chaves identitárias.

Além disto, a interferência descrita sujeita-se plenamente às leis da interferência cultural postuladas por Even-Zohar desde 1990, o qual significa, entre outros extremos, que se produz de modo unidireccional desde um sistema forte ou prestigiado a outro sistema fraco ou dominado; ou, noutras occasions, a um sistema emergente em processo de constituiçom. Significa igualmente que a delegaçom sistémica, como resultante da interferência produzida, redistribuirá a sua identidade funcional (nom necessariamente homóloga à do centro do sistema fonte) e normalmente simplificará, regularizará e esquematizará os elementos e relaçons importados ou apropriados, se bem tenderá a manter umha relaçon de dependência com o sistema fonte. Essa simplificaçom redundará, por exemplo, em umha aceitaçom da minorizaçom sistémica própria, em umha interiorizaçom da subalternidade e em umha limitaçom ao *local* e *menor* das aspiraçons de todo sistema cultural autónomo. Por outra parte, quando se diz que a projecçom sobre o sistema receptor pode recair no seu centro ou na sua periferia, quer indicar-se que a localizaçom funcional da delegaçom sistémica terá umha fortaleza/prestígio e exercerá um domínio variáveis, que dependerám das circunstâncias históricas.

Nom se tem sinalado entre os investigadores vinculados com o paradigma sistémico a notável quantidade de occasions em que Even-Zohar fala de *comunidades*, noçom acaso ambígua em sentido teórico-sistémico mas nom tanto como referente cultural.¹⁵ Precisamente, a incorporaçom que sugiro do conceito de delegaçom

¹⁵ De facto, nom semelha demasiado arriscada a conjectura de que nos trabalhos de Even-Zohar “comunidade” é equiparável a maior parte das vezes a “naçom”. Quiçá nom devam equacionar-se ambos os termos e conceitos no discurso deste teórico, mas quase sempre e como mínimo –reitero-o– o uso do primeiro engloba o significado do segundo, às vezes sem menor/menor extensom perceptível. A esta luz, talvez seria necessário matizar a posiçom de González-Millán (2001: 304) sobre o silêncio ou relegaçom implícita da lógica discursiva nacional nos textos teóricos de Even-Zohar, juízo que estendeu aos de Pierre Bourdieu.

sistémica tem um encaixe simples no marco das relações entre comunidades vinculadas por alguma relação de domínio e submetimento ou por laços históricos derivados de processos de expansão ou colonização.¹⁶ De aí a equiparação última a umha polaridade sistema-subsistema e às dinâmicas de emancipação/submetimento.

A partir de aqui, como proceder a umha historização da complexidade e da heterogeneidade? Semelha claro que as dimensões geográfica e lingüística, inescusáveis na historiografia literaria, saem também ao passo quando se opta pola perspectiva sistémica. Umha e outra deveriam concentrar umha parte importante dos esforços justamente em pensar a correlação autopeise-entorno, em pensar os limites e o extra-sistémico como factores construtivos do sistema, algo que a HL de base nacional nunca fijo,¹⁷ basicamente por assumir a centralidade da ideia da nação como modelo normativo que se afirma em operativos de exclusão e que deixa em suspenso *ad kalendas graecas* qualquer reconhecimento sobre o seu estatuto inventado/postulado e acordado por consenso/imposto.

Mas existe mais um factor que afecta a essa correlação autopeise-entorno nos sistemas culturais e em particular nos literários: o fenómeno da tradução, excluído quase sempre da perspectiva histórica-historiográfica apesar de resultar capital baixo

¹⁶ Even-Zohar estabelece nas suas propostas que centro e periferia nom se configuram necessariamente nos polissistemas culturais como posições singularizadas. Em um mesmo polissistema é possível que existam vários centros e várias periferias. Interpreto que quanto mais complexo seja o polissistema, em função da dinâmica das relações entre factores ou em função dos subsistemas integrados, maiores possibilidades haverá de geração de centros-periferias digamos *sectoriais*. Fica para outro lugar o estudo de umha possível adaptação do conceito de delegação sistémica em sentido intra-sistémico (na linha de hierarquia hipotáctica sistema-subsistema), que iria associada a umha dupla funcionalidade principal, a coesão e o controlo. Em definitiva, a umha *provincialização* ecóica da cultura no sentido central-radial.

¹⁷ Estimo que nem sequer em projectos receptivos ao paradigma empírico-sistémico. Um caso significado é o representado polo projecto *La Vie littéraire au Québec*, na actualidade dirigido por Denis Saint-Jacques e Maurice Lemire, com cinco volumes publicados de um total de oito projectados. Nos volumes III, IV e V aparece um capítulo inicial intitulado “Les déterminations étrangères du champ littéraire”, mas nom julgo que alcance a ocupar-se das tarefas concretas que acabo de sinalar como obrigadas. O capítulo correspondente ao volume V, por exemplo, centra a atenção em três esferas de relações exteriores: a literatura francesa, o catolicismo e a cultura estado-unidense (Saint-Jacques e Lemire 2005: 9-29).

um ponto de vista sistémico, e nom precisamente por entender a literatura traduzida como série *justaposta* de produtos e repertórios secundários senom como parte integrante, em pé de igualdade, da rede de factores sistémicos que definem o polissistema.

Entom, descartada a burda equiparaçom entre sistema literário e literatura nacional, que fazer? Fixar como referente da HL a cultura, a língua, o espaço social, a esfera pública, a etnia, a comunidade, o território... e, portanto, *umha* cultura, *umha* língua, *um* espaço social, *um* território dados? A soluçom nom é única, e claramente dependerá da planificaçom prévia e dos efeitos procurados polos agentes que assumam o programa historiográfico.

José Lambert vem reclamando desde começos dos anos 90 que se privilegie umha localizaçom espacial-administrativa (“literatura *em* A”, alternativa a “literatura *de* A”), nom exactamente descrita como territorial, na que se trataria de observar as *formas de coabitaçom* entre literaturas/línguas/culturas e as instituiçoms públicas, sobretudo o Estado. Além do alcance das aplicaçoms específicas desenvolvidas por Lambert a propósito das sociedades multilíngües e multiculturais, a proposta tem interesse. E ademais activa encaixes produtivos com o *spatial turn* vivido nos últimos decénios polas ciências sociais. Justamente por isto, aponteï em um trabalho recente à possibilidade de desenvolvimento de umha geohistoriografia literária organicamente pendente das dimensoms local, regional, nacional e mundial da cultura literária (Casas 2005), para a qual constateï a existência de quatro programas de investigaçom em marcha com resultados aproveitáveis. Som os devidos a Dionýz Durišin e à Escola de Bratislava, às teorias empírico-sistémicas (Schmidt, Even-Zohar, Tötösy de Zepetnek, o CRELIQ e logo o CRILCQ no Quebeque), aos estudos pós-coloniais e sobre a subalternidade e a Mario J. Valdés e o Comité de História literária comparada da Associaçom Internacional de Literatura Comparada.

Cingindo-nos só à segunda dessas perspectivas, a questom dos limites sistémicos carece a dia de hoje de umha soluçom de consenso, em especial a propósito das que denominei relaçoms hipotácticas. Porém, considero que o seu estudo alcança no modelo analítico de Torres Feijó (2004) úteis ferramentas a propósito da dialéctica sistema-subsistema, com integraçom assim mesmo de conceitos tam

operativos para umha HL de base sistémica como os de *protossistema*, *parassistema* ou *enclave*.¹⁸ A diferenciação prévia formulada por Torres Feijó (2004: 428) entre *espacio social* e *conjuntos sociales* incorpora em realidade algo mais que as formas de coabitação de Lambert, ao outorgar peso analítico nom ao reconhecimento institucional da diferença senom à consciência sociocultural da diferença/dependência/conflito e à decisom e capacidade de intervir a fim de geri-los e negociá-los na esfera pública. Parece-me umha opção viável e prometidora que haveria que contrastar em relação aos diferentes marcos sistémicos. Por exemplo, o das culturas pós-coloniais latino-americanas no século XIX, no que a dialéctica historiográfica entre sectores conservadores e liberais oferece dados de grande alcance político-institucional, culturoológico e performativo em dependência dos modos e dos ritmos com os que produziu o acesso à independência nas distintas repúblicas –os casos extremos poderiam ser o chileno e o mexicano–, mas também em razão do grau de implantação e consolidação das tradições coloniais.¹⁹

¹⁸

O subsistema caracteriza-se neste modelo teórico por acolher “práticas que, mantendo especificidades a respeito do sistema originário, nom pretendem impugnar a sua pertença a este (o que, provisoriamente e de forma insuficiente e esquemática, se pode fazer equivar a ‘literaturas regionais’ tal como entendidas, por exemplo, no contexto cultural ibérico)” (Torres Feijó 2004: 429). O protossistema acolheria porém “práticas tendentes à configuração de um novo sistema segregado do sistema a que se está vinculado”. E o parassistema existirá em canto houver “redes culturais, com vínculos de compartição exclusiva entre os seus membros, que actuam e se desenvolvem em um espaço social ocupado por um sistema a que nom pretende substituir nem impugnar mas com o qual nom se vincula em modo nengum, do qual nom fai parte” (Torres exemplifica com as práticas culturais das comunidades giganas em distintos espaços sociais europeus). Finalmente, um enclave é um espaço social que se vincula a outro actuante e admitido como metrópole e que assume umha pertença comum a um único sistema cultural, algo relativamente corrente nas comunidades de emigrantes europeus que se instalárom nas grandes cidades americanas ao longo do século XIX e umha parte do século XX.

¹⁹

Beatriz González Stephan (1987: 186) explicou-no com detalhe: “donde las estructuras coloniales tuvieron un arraigo más profundo, el proyecto liberal se cumplió de forma moderada, dando lugar a un conservadurismo con tintes liberales, que, paradójicamente, facilitó el surgimiento de historias literarias alrededor de la década del 60 [s. XIX]. Epistemológicamente el discurso histórico tenía un asidero: fundamentar la razón de la misma historicidad en y desde la Colonia, asumiendo más o menos de forma crítica el legado hispánico. Son los gobiernos conservadores los que aceleran la aparición de estas historias, independientemente de que estén concebidas bajo una perspectiva liberal o conservadora”.

O fundamental, na problematização aqui estabelecida, seria a alternativa historiográfica que desde aqueles marcos sistémicos for factível formular. A opção de constituir umha HL sistémica como suma integrada de umha série de histórias parciais dos factores vinculados à rede investigada (história dos repertórios, do consumo, das instituições...) é nom só inapropriada senom absurda e estéril de um ponto de vista sistémico. Do mesmo modo, a opção de configurar a HL de um polissistema por adiçom das histórias sectoriais dos seus subsistemas carece de sentido. Apesar disto, existe um número apreciável de tentativas dessa classe de observaçoms, com frequência autoproclamadas *sistémicas*. Sobre elas, só cabe admitir o seu carácter básico e ancilar, nada mais. O tipo de programas que representam é claramente insuficiente, por quanto umha história sistémica obriga-se a dar conta ante todo das relaçoms de interdependência factorial (ou, na segunda vertente, das relaçoms hipotácticas sistema-subsistema) e nom existe possibilidade nengumha de descrever funcionalmente os factores do polissistema (ou, na segunda vertente, os subsistemas) de forma isolada e autonomizadora. Traçar de modo autónomo a história de um factor ou a correspondente a um subsistema –ou, noutro plano, reduzir a heterogeneidade a homogeneidade– nom é fazer análise sistémica.

*

A partir de aqui, referirei-me de maneira muito mais sucinta aos outros três reptos de umha HL sistémica. Em primeiro lugar, tratarei sobre a dialéctica entre produtos e possíveis. Parece provado que a análise sistémica prioriza como objecto de atençom os factores e as relaçoms existentes (existentes em quanto efectivos, actualizados), e que, como mínimo, deixa em um segundo plano a investigaçom sobre alternativas possíveis de constituiçom factorial e da rede relacional vinculada. Isto obedece seguramente a um dos objectivos heurísticos ressaltados por Even-Zohar, sobretudo na sua revisom da teoria dos polissistemas: a tentativa de reduzir os parâmetros, e as conexoms entre eles, a fim de que o objecto de estudo sistémico assegure um carácter empírico. Para ser exactos, haverá que acrescentar que a teoria dos polissistemas assume o que Lotman e Uspenski (2000: 191) denominam *princípio de alternatividade*, polo qual elementos,

ordenações ou estruturas semiótico-culturais –incluído o sistema semiótico íntegro– som percebidos como alternativas.

Na dialéctica produtos-possíveis, contemplada basicamente na perspectiva do repertório e na da correlação “*culture-as-goods*”/“*culture-as-tools*”,²⁰ Even-Zohar tem presentes vários modelos, entre eles os da socióloga Ann Swidler e os da escola de Tartu-Moscova (Lotman, Uspenski e Ivanov em particular),²¹ mas evidencia um interesse muito prioritário por dialogar com a teoria dos campos sociais de Bourdieu e em particular com a noção de *habitus*. Porém, a consideração em primeiro plano do repertório como conjunto de regras e de materiais potenciais para a produção e o consumo no marco de um sistema dado, e a própria conexão entre aquele e o par produtor-produto, resultam insuficientes para explicar todo o que na teoria dos campos sociais sim explica a correlação entre as posições ocupadas no campo, o espaço dos possíveis e as tomadas de posição entendidas como eleições entre possibilidades.

Segundo postula Bourdieu, o espaço dos possíveis é um sistema de coordenadas que medeia sempre entre as posições e as tomadas de posições efectivas tal como umas e outras som percebidas desde um *habitus* concreto. Que oferece o espaço dos possíveis como objecto de análise diacrónica para uma história do campo? Bourdieu (1992) sinala, entre outras metas, a constituição das *trajectorias sociais* de grupos de agentes, entendidas como as séries de posições ocupadas em espaços sucessivos em interdependência com os respectivos espaços dos possíveis. Entendo que tam complexa tarefa, necessária mas nom suficiente como

²⁰ Even-Zohar observa que a efeitos da concepção de uma nova HL, mais que optar por uma história da literatura/cultura como bens ou por uma história da literatura/cultura como ferramentas, o interessante seria habilitar uma história da interdependência de ambas as concepções, “porque podría explicar las circunstancias que hacen posible que la literatura mantenga o pierda su posición en la actividad incesante para manejar los repertorios de vida en la sociedad” (Even-Zohar 2007: 34).

²¹ Neste ponto, discrepo do juízo de Even-Zohar (p. e., em 2005: 37-38) sobre o carácter passivo da noção de cultura em Lotman. Em colaboração com Uspenski, Lotman explicou a cultura como mecanismo semiótico de produção de textos (e lembre-se o sentido específico deste conceito na escola de Tartu-Moscova). Careço de espaço para ampliar argumentações, polo que me limito a citar: “La cultura en general puede ser presentada como un conjunto de textos; sin embargo, desde el punto de vista del investigador es más exacto hablar de la cultura como de un *mecanismo que crea* un conjunto de textos, y de los textos como de la *realización* de una cultura” (Lotman & Uspenski 2000: 178; o itálico é meu).

programa historiográfico de base sistémica, carece de comparaçom no modelo de Even-Zohar.

O terceiro repto anunciado consiste na prática em umha opçom entre modelos de articulaçom da diacronia. Entre a seqüenciaçom tradicional e a policronia dinâmica, este segundo modelo parece o idóneo para a concreçom das mudançom sistémicas mediante um critério comparativo entre cortes temporais, que, como antes se indicou, poderiam ler-se como umha sucessom discreta de estados de sistema submetidos a contraste. Deste modo, ademais, a combinatória descriçom-narraçom ofereceria mecanismos de segurança limitadores da tendência omni-compreensiva e uniformizadora do relato historicista tradicional e da autoridade homogeneizadora do narrador-historiador. Limitaria assim mesmo a propensom causalista e a ordenaçom cronocausal da realidade documentada. E activaria quando menos umha disposiçom crítica frente ao que Hayden White estudou como *meta-história*, isto é, a infra-estrutura discursiva que prefigura umha opçom topológica constituinte do discurso historiográfico e que em realidade seria prévia à diversificaçom de propostas por motivaçom ideológicas ou metodológicas.

Finalmente, umha HL de fundamentaçom sistémica teria que resolver o que alguns chamariam a *aporia crítica*. A expressom é sem lugar a dúvidas muito exagerada, e ademais está desfocada. Nas premissas sistémicas, concordantes neste ponto com o que noutra altura significárom a *nouvelle histoire*, ou história das mentalidades, e anos depois a história cultural e os Subaltern Studies, nom se aceita a preeminência do socialmente prestigiado como objecto privilegiado de estudo. Como diz Even-Zohar (2007: 5), nom se pode confundir a investigaçom com a crítica, a análise com a atribuiçom de valores. Por isso mesmo, na investigaçom sistémica nom se discrimina a atençom à produçom cultural marginal ou à nom prestigiada. Porque, como sublinha o teórico no mesmo lugar, nengumha ciência pode permitir-se seleccionar a matéria que investiga a partir de critérios que tenham que ver com o gosto e com juízos de valor. Todo isto é indiscutível. Apesar do qual deverá advertir-se que *crítica* nom é um conceito que necessariamente remeta a valoraçom pessoal ou a um horizonte axiológico. Nem muito menos.

Conforme antes se adiantou, existem duas vertentes da suposta *aporia crítica* que se fai necessário esclarecer. A primeira tem que ver com a selecçom do que se submeterá a exame. Nom existe possibilidade nengumha de investigar a totalidade, e ademais, como tem lembrado Valdés ao fio do debate sobre a laboriosa empresa de planificar umha história das culturas literárias latino-americanas, multiplicidade e heterogeneidade nom som equiparáveis na totalidade. Neste sentido, a aspiraçom à documentaçom e à transcriçom do absoluto dos dados supom um programa inabordável e inassumível. Para umha HL de base sistémica ou para qualquer outra via focada no século XXI em sentido historiográfico. A resistêncià à tentaçom neopositivista deveria ser nesta ordem um princípio firme da HL por vir.

A alternativa é simples. Consiste na aceitaçom do princípio de selecçom crítica de referentes (agentes, repertórios, produtos, eventos, instituições, espaço dos possíveis, tomadas de posiçom...) como garantia de umha representaçom da heterogeneidade. Partindo da proposta formulada por Even-Zohar de que também a investigaçom sincrónica (e nom só a diacrónica) é histórica de raiz quando se resolve com metodologia sistémica, o mesmo critério tem aplicabilidade à análise do sistema cultural no marco de umha teoria de sistemas estáticos.

Limitarei agora a segunda vertente, que mais acima se introduziu da mao da chamada *operaçom historiográfica*, à esfera autorial do investigador-historiador e às conexons que este possa traçar entre o sistema/tempo analisado e o sistema/tempo próprio, que é o da sua investigaçom-escrita. O debate teórico é suficientemente conhecido. O fundamental é o facto de que toda historizaçom de um passado pressupom umha compreensom *experiencial* do presente. Antes de qualquer outra razom, porque o presente é o único lugar possível desde o que exercer a observaçom da história e desde o que proceder a umha enunciaçom historiográfica. Já neste sentido inicial, nom existe possibilidade de umha história acrítica ou nom performativa. Motivo polo qual alguns teóricos da história falam de que o ofício de historiador é um ofício de mediaçom. E nom falta quem estabelece um correlato pragmático entre história e traduçom.

Mas mais que a esta classe de consideraçons quereria dirigir-me, para rematar, ao terreno do que antes tratámos como *história efectiva*.

No breve texto de Gaspárov que se citou e também nas páginas que Lotman e Uspenski dedicárom a umha errónea aplicaçom dos princípios de auto-descriçom e auto-compreensom das culturas, menciona-se a tendência dos historiadores literários a introduzir a informaçom sobre a recepçom de um determinado autor ou poética, em épocas posteriores às suas próprias, como um complemento da análise realizada sobre aqueles. Incurreria-se assim em umha deslocaçom nom justificável, porque o interesse dessas propostas recai precisamente sobre os seus enunciadores, partícipes em umha história de efeitos aberta no tempo e nas interpretaçons/análises dos eventos, dos agentes e dos processos.

Pois bem, umha HL de base sistémica deveria assumir o compromisso de atender e incorporar esses efeitos, nom limitando-se a umha observaçom supostamente desprejuizada e objectivista de fenómenos históricos. E julgo que deveria assim mesmo pensar, e declarar, a posiçom e o espaço dos possíveis desde os que operam o próprio analista-historiador e o seu discurso. Isto nom tem por que conduzir a um programa hermenêutico nem a umha ego-história; tampouco a umha saída epistemológica como a alcançada por Mieke Bal e a Amsterdam School for Cultural Analysis (Bal 1999), na que o passado interessa fundamentalmente como umha parte do presente, e a análise cultural –por oposiçom à história– é entendida como *memória cultural no presente*. Mas sim seria oportuno que activasse, quando menos, um exercício de auto-análise como o afrontado por Pierre Bourdieu em diversos momentos da sua trajectória. Porque quem negará validade às palavras com as que ponho fim a estas reflexons? “Compreender significa compreender primeiro o campo com o qual e contra o qual um se foi fazendo”.

REFERÊNCIAS

- BAL, Mieke (ed.). *The Practice of Cultural Analysis. Exposing Interdisciplinary Interpretation*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

- BOURDIEU, Pierre. *Méditations pascaliennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.
- CASAS, Arturo. “Sistema interliterario y planificación historiográfica a propósito del espacio geocultural ibérico”. *Interlitteraria*: 8, 2003, 68-97. Acesso em <<http://web.usc.es/~tlcasas/docs/IL8.htm>>. Consulta: 21 Fevereiro 2008.
- CASAS, Arturo. “Local’, ‘Regional’, ‘Nacional’, ‘Mundial’: Dimensões da História literária”. Em Maria da Penha Campos Fernandes (coord.), *História(s) da literatura. Actas do 1º Congresso Internacional de Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas*, 2005. Coimbra: Almedina & Universidade do Minho, 89-110.
- CERTEAU, Michel de. *L’Écriture de l’histoire*. Paris: Gallimard, 1975.
- CESERANI, Remo. *Raccontare la letteratura*. Torino: Bollati Boringhieri, 1990.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. *Papers in Historical Poetics*. Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1978. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/php1978.pdf>>. Consulta: 21 Fevereiro 2008.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. “Polysystem Theory”. *Poetics Today*: 11 (1), 1990, 7-94. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/ez-pss1990.pdf>>. Consulta: 21 Fevereiro 2008.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. *Papers in Cultural Research*. Tel Aviv: Unit of Culture Research, Tel Aviv University, 2005. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/EZ-CR-2005.pdf>>. Consulta: 21 Fevereiro 2008.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. *Polisistemas de cultura (Un libro electrónico provisional)*. Tel Aviv: Universidad de Tel Aviv & Cátedra de Semiótica, 2007. Acesso em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf>. Consulta: 21 Fevereiro 2008.
- GASPÁROV, Mijaíl L. “¿Cómo escribir la historia literaria?”. *Entretextos. Revista Electrónica Semestral de Estudios Semióticos de la Cultura*: 9, 2007. Acesso em <<http://www.ugr.es/~mcaceres/entretextos/entre9/gasparov.html>>. Consulta: 21 Fevereiro 2008.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, Xoán. “Os problemas dunha lectura (poli)sistémica da literatura”. Em I. Lozano-Renieblas & Juan Carlos Mercado (eds.), *Silva. Studia Philologica in honorem Isaías Lerner*. Madrid: Castalia, 2001, 301-313.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, Xoán. “Menéndez Pelayo y su proyecto historiográfico de una ‘nacionalidad literaria’ española plurilingüe”. *Boletín de la Biblioteca de Menéndez Pelayo*: LXXXII, 2006, 393-428.
- GONZÁLEZ STEPHAN, Beatriz. *La historiografía literaria del liberalismo hispanoamericano del siglo XIX*. La Habana: Casa de las Américas, 1987.
- HUTCHEON, Linda, & Mario J. Valdés (eds.). *Rethinking Literary History: A Dialogue on Theory*. Oxford e New York: Oxford University Press, 2002.
- LACAPRA, Dominick. *History in Transit: Experience, Identity, Critical Theory*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.
- LOTMAN, Iuri M., & Boris A. Uspenski. “Sobre el mecanismo semiótico de la cultura”. Em Iuri M. Lotman, *La semiosfera III. Semiótica de las artes y de la cultura*. Madrid: Cátedra & Universitat de València, 2000, 168-193. [Original russo de 1993].
- MALDONADO Alemán, Manuel. “La historiografía literaria. Una aproximación sistémica”. *Revista de Filología Alemana*: 14, 2006, 9-40. Acesso em <<http://www.ucm.es/BUCEM/revistas/fl/11330406/articulos/RFAL0606110009A.PDF>>. Consulta: 21 Fevereiro 2008.
- OLINTO, Heidrun Krieger. “Interesses e paixões: histórias de literatura”. Em H.K. Olinto (ed.), *Histórias de literatura. As novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996, 15-45.
- SAINT-JACQUES, Denis, & Maurice Lemire (dirs.). *La Vie littéraire au Québec V: 1895-1918*. Sainte-Foy: Les Presses de l’Université Laval, 2005.

SEVILLA, Sergio. *Crítica, historia y política*. Madrid: Cátedra & Universitat de València, 2000.

STEINER, Peter. *Russian Formalism: A Metapoetics*. Ithaca: Cornell University Press, 1984. Cita-se pola tradução ao castelhano: *El formalismo ruso. Una metapoética*. Madrid: Akal, 2001.

STONE, Lawrence. *The Past and the Present*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

TORRES FEIJÓ, Elias J. “Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais”. Em A. Abuín González e A. Tarrío Varela (eds.), *Bases metodológicas para unha historia comparada das literaturas na península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2004. 423-444.

VODIČKA, Felix. *La historia literaria: sus problemas y tareas*. València: Episteme, 1995. [Original checo de 1942]. Acesso na revista *Criterios* <<http://www.criterios.es/pdf/vodickahistorialiteraria.pdf>>. Consulta: 21 Fevereiro 2008.